



**Câmara Municipal de Primavera de Rondônia**  
Estado de Rondônia  
Assessoria Jurídica

**Parecer Jurídico nº 20/2023**

**Autoria: Legislativo Municipal – Vereador  
Robson Moreira de Oliveira**

**Ementa:** “Institui no Município de Primavera de Rondônia o direito do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como PIXC e transferência bancária, para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições.”

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de demanda encaminhada à Assessoria Jurídica dessa Casa, visando análise e parecer quanto ao Projeto de Lei nº 01/2023, de autoria parlamentar - **Vereador Robson Moreira de Oliveira**, cujo qual visa instituir no Município de Primavera de Rondônia o direito do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como PIXC e transferência bancária, para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições.

Eis a síntese.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

### **2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAS**

Oportuno lembrar que este parecer é opinativo, tratando-se de uma análise que limita-se, apenas, ao aspecto formal do pleito em questão, não tendo a pretensão de averiguar os aspectos discricionários da oportunidade e conveniência, da mesma forma que não compete à assessoria jurídica posicionar-se em relação aos aspectos econômicos do caso.

### **2.2. DO PROJETO DE LEI**

---



**Câmara Municipal de Primavera de Rondônia**

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

Inicialmente, constata-se que a matéria constante do Projeto de Lei n.º 01/2023, de autoria do Parlamentar Robson Moreira de Oliveira, insere-se no âmbito de matérias de interesse local, nos termos do artigo 30, I da Constituição Federal, portanto de competência legislativa do município, ao qual ainda cabe suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, por força do artigo 30, II da CF/88. Também o inciso III, do artigo 30 da Constituição Federal garante aos municípios autonomia financeira através da outorga de competência tributária:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

A lei tributária municipal será viável na medida em que conformar-se às diretrizes traçadas pela Constituição Federal. O próprio Código Tributário Nacional expressa a atribuição constitucional da competência tributária, compreendendo a competência legislativa do município, conforme leciona o e. Ministro Luís Roberto Barroso:

Aos Municípios cabe decretar seus impostos, o que só podem fazer, obviamente, através de leis que, conseqüentemente, têm que emanar de seu poder legiferante. Elaboram, ainda, inúmeros preceitos regendo as mais diversas relações de âmbito local. Conclusivamente, então, podemos asseverar que,

---



**Câmara Municipal de Primavera de Rondônia**

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

dentro dos limites fixados pela Constituição estadual e pela Lei Orgânica, possuem os Municípios capacidade para legislar sobre as matérias que lhes são especificamente afetadas.

Também não incorre em inconstitucionalidade formal, visto que ao não criar obrigações ou atribuições a órgãos públicos, não usurpa a esfera de competência do Poder Executivo Municipal prevista no art. 61 da Constituição Federal, tendo quanto a isso observado os requisitos formais do processo legislativo, além de não ultrapassar o disposto no art. 2º da CF/88.

O alcance material da norma diz respeito à matéria tributária no âmbito do município, tendo o Supremo Tribunal Federal assentado entendimento acerca da possibilidade de autoria parlamentar de leis que tratam de matéria tributária:

*Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Isenção tributária. Não observância dos parâmetros estampados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Fundamento infraconstitucional autônomo. Enunciado 283. 3. **Benefício fiscal. Lei instituidora. Iniciativa comum ou concorrente. Precedentes.** 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento.(ARE 642014 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 27/08/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 12-09-2013 PUBLIC 13-09-2013)*

Portanto, no que tange a iniciativa, não há qualquer vício de iniciativa.

---



**Câmara Municipal de Primavera de Rondônia**

Estado de Rondônia

Assessoria Jurídica

No mais, como a propositura dispõe sobre matéria tributária (parcelamento e extinção de crédito tributário), a qual não se inclui dentre aquelas reservadas à iniciativa legislativa do Chefe do Executivo, não há qualquer violação da separação dos poderes.

Ademais, a norma posta em análise não acarretará prejuízos aos cofres públicos, do contrário, ampliará as formas de arrecadação dos tributos.

Desta forma, opina-se pela constitucionalidade da norma.

**3. CONCLUSÃO**

À vista do exposto, opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 01/2023.

Porto Velho, 15 de fevereiro de 2023.

**Leonardo Falcão Ribeiro**

**Advogado OAB/RO 5.408**

---